

Encontros e desencontros narrativos

Eduardo Portella

Edward W. Said montou um sistema comparativo de considerável teor crítico, que desdobra contrastes e confrontos, disjunções e confluências, no interior de uma opção pluridisciplinar promissora. Isto vem acontecendo mais declaradamente, e com maior amplitude, desde o seu controvertido livro *Orientalism* (1978). E se acentua e se desgarra no universo narrativo de *Culture and Imperialism* (1992). O autor aparece como o comparatista escrupuloso que, mediante cortes transversais criteriosamente programados, confronta representações nacionais e transnacionais, recorrendo a referências éticas e estéticas conhecidas, mas a todo instante revisitadas. Despreconceitosamente.

Said compara literaturas, inscrevendo a sua vontade comparatista no interminável horizonte da cultura. E assim ele igualmente coteja culturas e civilizações. O seu Oriente-Expresso, jamais desativado, percorre diferentes províncias textuais, tanto ao Norte quanto ao Sul. Com o firme propósito de desprovincianizar. A premissa é a de que o “cânone orientalista” por nós adotado não oculta nunca a sua procedência absorventemente ocidental.

A lente bifocal de Edward W. Said o permite enxergar, com razoável precisão, os desenlaces e os enlances que ao longo da história, escrita enviesadamente por ocidentais e não-ocidentais, vem reunindo, mesmo que de forma inamistosa, a cultura e o imperialismo. Ele põe a própria biografia, a sua

diáspora pessoal, o discernimento ágil, a serviço de reconstruções possíveis, desde que elaboradas para além dos reducionismos persistentes, das colisões inúteis, das polaridades monolíticas. Começa por constatar que “o vínculo entre cultura e política imperial é assombrosamente direto”. Por isso deve ser entendido em toda a sua pluralidade.

Edward Said, no seu livro *Cultura e Imperialismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), desloca o eixo habitual, ou apenas explícito, desse sistema de trocas desiguais, e passa a considerar, e explorar criticamente, o fervor e a febre colonizadora de certas instâncias que, do ponto de vista da dominação, vinham sendo subestimadas ou simplesmente esquecidas. É o caso da narrativa, do relato romanesco, de Joseph Conrad a Rudyard Kipling, a Graham Greene, a Albert Camus, a V.S. Naipaul, a García Márquez, a Salmon Rushdie, e dos discursos edificantes, acompanhados de alguma ressonância proveniente de Jean-François Lyotard e Michel Foucault. Said não esconde nem censura o desempenho expansionista da alta literatura. Obras emblemáticas das relações crispadas entre império e cultura são convocadas a testemunhar. Edward Said prioriza o romance como espaço interpretativo. Sem deixar de recorrer a Verdi, a Yeats, a Césaire, a Amílcar Cabral, a Fanon, a Lukács. Talvez os seus mais assíduos companheiros de viagem, certamente os mais próximos de nós. Ele utiliza textos de temperaturas sensivelmente contrastivas, permanecendo longe, bem longe, da “lista de Schindler” às avessas, que Harold Bloom, em hora menos feliz (*The Western Canon*, 1994) resolveu nos impor.

A experiência imperial, no ângulo da crítica da cultura e da criação narrativa, parece ganhar uma transparência jamais alcançada pelas disciplinas isolacionistas, que se dedicam a dividir o conhecimento em compartimentos estanques, e se mostram insensíveis à ambivalência das situações simbólicas. Edward Said, recorrendo a uma espécie de razão narrativa, combina, mescla, reprograma, abordagens aparentemente distantes. Até mesmo conceitos como o de “imperialismo” – idéia-chave do seu livro –, ele o discute no interior do paradoxo, por acreditar na força da contrapartida, na ida e volta profícua de vencedores e vencidos. Sem deixar de denunciar a estupidez e a ilusão da superioridade excludente, marca identitária dos impérios ascendentes, Said chega a uma conclusão que, se retirada do contexto mais amplo do seu longo ensaio, seria certamente chocante e inaceitável: “O imperialismo consolidou a mescla de culturas e identidades numa escala global”. As visões separatistas ou nativistas se esgotaram porque nunca souberam entender essa complexidade. A dominação ultramarina dispunha dessa dupla face, desse espelho partido, que a narrativa colonizadora deu forma, em meio a intermináveis contradições. Com uma sutileza que afasta a exasperação, Said aponta igualmente as derrapagens graves de críticos do colonialismo como Tocqueville e Gide. O colonizador bárbaro, para esses libertários tão estimados, é

sempre a nação, ou o império, concorrente. A voracidade dos conquistadores não poupa sequer os parceiros da aventura ocidentalizadora.

A argumentação de Edward Said privilegia o papel do romance na empresa e consolidação dos impérios ocidentais modernos, destaca a narrativa como elemento determinante no processo de decisão imperial. Jane Austen, a silenciosa cartógrafa de *Mansfield Park*, mapeia, com rara nitidez, os limites excludentes do império. O rolo compressor da ficção européia da opulência passa por cima das frágeis aspirações independentistas. A avalanche da cultura metropolitana, à medida que se propaga, na África, na Ásia, na América Latina e Caribe, procura apagar qualquer vestígio da ancestralidade local, rica e perturbadora. É uma história muito conhecida, e nem sempre bem sucedida. Essa história ainda não terminou. Porque nem o declínio moral do império, nem as suas promessas paradisíacas, devem ser confundidas com o precipitado “fim da história”.

O implacável exercício da razão narrativa, na palavra mais irônica de Conrad, ou mais descontraída de Kipling, em ambos os casos tendenciosas, expõe, com semelhante vulnerabilidade, o dispositivo da dominação. Os *slogans* que Conrad difundiu, como “a insolente cabeça negra”, faziam parte da carta de princípios do poder imperial. A absolvição de Conrad, pela tolerância estética de Said, nem sempre se revela convincente. Como o seu Marlow, Conrad “nunca é direto”: ironiza as práticas metropolitanas, porém sem se chocar diante da crueldade, e sem jamais conceder aos “nativos” o direito à liberdade. O elogio imperturbável do imperialismo confirma o seu eurocentrismo congênito, sem precisar onde começa e termina a narrativa do poder e o poder da narrativa. É verdade que o percurso de *Cultura e Imperialismo* passa pelo reconhecimento de que “a própria narrativa é a representação do poder, e sua teleologia está associada ao papel global do Ocidente”. As representações abertas, e por isso mais sinceras, de Conrad, e as mais dissimuladas, e talvez menos sinceras, de Flaubert, apontam nessa direção. Mas a questão está mal colocada. A questão é saber o que fizeram eles de suas respectivas sinceridades. E só a linguagem pode responder a essa interpelação.

Edward Said não consegue conviver com as simplificações do “nacionalismo redutor” e, ainda segundo as suas palavras, com as “polaridades reificadas do Oriente *versus* Ocidente”. Nem por isso se entrega à mera impugnação do nacionalismo, preferindo levar em conta alguns desempenhos específicos. Nenhuma amnésia pode esquecer a função de alavanca histórica, exercida pelo nacionalismo nos povos não-ocidentais, e na hora da descolonização. O que fica difícil é admitir-se que o *cânone nacional*, conduzido através do território minado do imperialismo, esteja autorizado a entrar no jogo perigoso do nacionalismo insular e revanchista. De modo algum. O caminho que se abre terá de ser radicalmente integrador. O programa que

fixou culturas superiores, raças inferiores, diferenças torturadas, “o mito do nativo indolente”, e depois do trabalhador “desorganizado”, é o mesmo que feriu de morte civilizações milenares, e que vem bloqueando a passagem de alternativas culturais plausíveis.

O “estudo das histórias” (o plural aqui é deliberado), proposto por Said, e acompanhado evidentemente de possibilidades argumentativas atentas à dinâmica da alteridade, estaria habilitado a retirar a identidade da prisão, mesmo que somente domiciliar, na qual foi encerrada pelas filosofias da consciência. Sob este aspecto o imperialismo e o nacionalismo parecem falar o mesmo idioma. Ambos deixaram que tomasse corpo, ao redor deles, o contra-senso ou a perversão identitária. Cresceu um tipo de identidade compacta, fechada e avessa a qualquer modalidade de contatos e, mais ainda, de permutas. No primeiro movimento desse dissídio, onde agem imposições e transferências indesejáveis, encontra-se, segundo *Cultura e Imperialismo*, “a noção fundamentalmente estática de identidade que constituiu o núcleo do pensamento cultural na era do imperialismo”. Já não é impossível surpreendê-la envolvida pelo falso moralismo de discursos disfarçados e contudo beligerantes. Na segunda vertente do desacordo, irrompe o nacionalismo heróico, agora bastante extenuado, incomodamente circunscrito nas autopistas da nova ordem global. O quadro de proscrição do *outro*, da *diferença*, da *alteridade*, permanece quase inabalável. Talvez um pouco mais sofisticado. A degeneração da diferença ignora que quem se perde do *outro*, perde-se de si *mesmo*.

Edward Said, americano-árabe, árabe-americano, está situado em um posto de observação muito especial. Ele está situado na sua condição cultural, divergente, convergente – enfim, intercultural. A interculturalidade é o óbvio, o modo de ser próprio da cultura, híbrida, plural. Desbarbarizada. Já houve tempo em que bárbaros eram aqueles que desconheciam a língua do outro. Bárbaro agora é o que ignora a cultura do outro. É neste sentido que os imperialistas, de todos os sotaques, todas as cores, todas as geografias, são os novos bárbaros. Espera-se que os seus serviços venham a ser dispensados, até a entrada do terceiro milênio.